



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
16.876.276/0001-78	ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.	29/07/2025 12:09:14	C6B2663CBC76BB6DCC2166C16781C37118FB2482

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
31/12/2024	31/12/2024	Não	Participante-Upload

Título
Demonstrações contábeis - Araguaia - 31.12.2024

Descrição
Demonstrações contábeis - Araguaia - 31.12.2024

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
MELO VASCONCELOS CONSULTORIA CONTABIL LTDA:31749298000160	31.749.298/0001-60	29/07/2025 12:09:14	Procurador	Certificado Digital

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Araguaia Saneamento S.A.
Redenção - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Araguaia Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araguaia Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação de saldos comparativos

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2.5 das demonstrações contábeis, que descreve a reapresentação dos saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Conforme mencionado nessa nota, a reapresentação foi efetuada para refletir a revisão dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na expectativa atual de realização dos ativos fiscais, conforme avaliação efetuada pela atual Administração da Companhia. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 não foi modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, que foram reapresentadas, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 29 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 28 de julho de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PA 001064/F

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0- S - PA

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2024	2023 (Reapresentado)
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	15	10.301	9.721
Receita de construção		693	1.644
Custo dos serviços prestados	16	(11.686)	(10.924)
Custo de construção		<u>(693)</u>	<u>(1.644)</u>
Prejuízo bruto		(1.385)	(1.203)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(3.634)	(5.041)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	<u>(168)</u>	<u>-</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(5.187)	(6.244)
Resultado financeiro líquido	17	<u>(1.752)</u>	<u>(3.398)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(6.939)</u></u>	<u><u>(9.642)</u></u>
Prejuízo do exercício por ação (em Reais)	14(b)	<u><u>(0,03)</u></u>	<u><u>(0,06)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(6.939)	(9.642)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Obrigações com benefícios pós-emprego		1
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.939)</u>	<u>(9.641)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentado)	65.596	-	(31.983)	49	33.662
Aumento de capital	3.800	-	-	-	3.800
Constituição de adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.174	-	-	5.174
Prejuízo do exercício (Reapresentado)	-	-	(9.642)	-	(9.642)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	69.396	5.174	(41.625)	50	32.995
Aumento de capital	4.218	-	-	-	4.218
Constituição de adiantamento para futuro aumento de capital	-	24.682	-	-	24.682
Integralização adiantamento para futuro aumento de capital	29.856	(29.856)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(6.939)	-	(6.939)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	103.470	-	(48.564)	50	54.956

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.939)	(9.642)
Ajustes		
Depreciação	16	29
Amortização do Intangível	2.368	2.670
Amortização mais valia	355	-
Amortização do direito de uso	755	765
Encargos financeiros de financiamentos	849	3.370
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	63	166
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	358	137
Outros	(85)	22
	<u>(2.260)</u>	<u>(2.483)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(117)	(128)
Tributos a recuperar	399	478
Estoques	73	46
Outros ativos	(153)	(186)
Fornecedores	212	154
Salários e encargos sociais	(236)	(215)
Tributos a pagar	274	(438)
Provisão para contingências	1	(74)
Partes relacionadas	(2.900)	2.582
Outros passivos	(9)	(302)
	<u>(2.456)</u>	<u>1.917</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(4.716)</u>	<u>(566)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(106)	-
Adições aos Ativos de Contratos	(693)	(536)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(799)</u>	<u>(536)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de financiamentos e debêntures	58	21.148
Amortizações financiamentos e debêntures	(22.879)	(25.021)
Amortizações de arrendamento mercantil	(358)	(953)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.682	1.874
Aumento de capital	4.218	3.800
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>5.721</u>	<u>848</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>206</u>	<u>(254)</u>
Varição no Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	328	582
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	534	328
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>206</u>	<u>(254)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Araguaia Saneamento S.A. ("Araguaia" ou "Companhia") foi constituída em 13 de setembro de 2012 e sua sede está localizada na rua Q 79, frente para a rua 03, S/N, Setor Morada da Paz, Município de Redenção, Pará.

A Companhia tem como objeto social a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e tratamento de esgoto nas cidades de Redenção, São Domingos do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins e Santana do Araguaia, no estado do Pará.

Em 19 de setembro de 2012, a Companhia assinou junto à Prefeitura Municipal de Redenção, o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário com prazo findo em 2042, com pagamento de outorga variável e reajuste anual através de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou fórmula paramétrica, a depender do contrato. A Companhia tem obrigação de realizar os investimentos em infraestrutura para aumento significativo do atendimento para os próximos anos. A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o Poder Concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais.

Os investimentos na recuperação e ampliação dos sistemas de água e esgotamento sanitário foram iniciados no primeiro semestre de 2013, assim como a geração de receita através de cobrança direta aos usuários do sistema.

Em 03 de setembro de 2024, a Norte Saneamento S.A. ("Norte Saneamento") concluiu a aquisição da totalidade das ações da Companhia, anteriormente controlada pela BRK Ambiental e Participações S.A. ("BRK Ambiental"), passando a ser sua controladora direta a partir desta data.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis estão sendo emitidas após sua aprovação pela Diretoria em 25 de julho de 2025.

2.2. Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Companhia.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis);
- Nota explicativa nº 8 - Intangível (amortização pela vida útil);
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para contingências (pareceres jurídicos);
- Nota explicativa nº 11(b) - Tributos diferidos (expectativa de realização).

2.4. Reapresentação dos demonstrativos contábeis

O balanço patrimonial, as demonstrações de resultado e as mutações do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023 estão sendo representados para fins de comparabilidade, em atendimento ao CPC 26 (R1) - Apresentação das informações contábeis, de modo a refletir a revisão da revisão do crédito tributário de imposto de renda diferido no período de alocação adequado, conforme destacado na Nota Explicativa nº 11 (b). Os efeitos de representação encontram-se nas demonstrações, de forma resumida, a seguir:

a) Balanço patrimonial

	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Ativo circulante	4.021	-	4.021
Imposto de Renda diferido	16.641	(8.751)	7.890
Outros saldos do ativo não circulante	48.532	-	48.532
Ativo não circulante	<u>65.173</u>	<u>(8.751)</u>	<u>56.422</u>
Total	<u>69.194</u>	<u>(8.751)</u>	<u>60.443</u>
Passivo			
Passivo circulante	24.364	-	24.364
Passivo não circulante	3.084	-	3.084
Prejuízos acumulados	(32.874)	(8.751)	(41.625)
Outros saldos do patrimônio líquido	74.620	-	74.620
Patrimônio líquido	<u>41.746</u>	<u>(8.751)</u>	<u>32.995</u>
Total	<u>69.194</u>	<u>(8.751)</u>	<u>60.443</u>

b) Demonstração dos resultados

	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.642)	-	(9.642)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.278	(3.278)	-
Prejuízo do exercício	<u>(6.364)</u>	<u>(3.278)</u>	<u>(9.642)</u>
Prejuízo por ação (em Reais)	<u>(0,03)</u>	<u>(0,03)</u>	<u>(0,06)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Prejuízos acumulados		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Em 1º de janeiro de 2023	(26.510)	(5.473)	(31.983)
Prejuízo do exercício	<u>(6.364)</u>	<u>(3.278)</u>	<u>(9.642)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u><u>(32.874)</u></u>	<u><u>(8.751)</u></u>	<u><u>(41.625)</u></u>

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.4. Ativos financeiros e não financeiros

3.4.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil dos equipamentos. As vidas úteis no exercício de 2024 foram as seguintes:

Descrição	Vida útil
Edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.6. Ativos intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota Explicativa nº 8).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.8. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

3.9. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.10. Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil;
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável;
- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidas para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia mantém o registro permanente de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- (a.1) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;

- Se o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir os covenants existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a.2) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a.3) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	232	328
Aplicação financeira (a)	302	-
	<u>534</u>	<u>328</u>

(a) A aplicação financeira mantida na Caixa Econômica Federal está vinculada a percentuais da variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, representando investimento de renda fixa com rentabilidade pós-fixada.

5. Contas a receber

	2024	2023
Concessões públicas	4.422	4.305
(-) Provisões estimadas de perdas	(2.601)	(2.243)
	<u>1.821</u>	<u>2.062</u>
Ativo circulante	1.796	2.041
Ativo não circulante	25	21

A Companhia adota como política para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa, com base no modelo de perdas esperadas, onde são aplicados um percentual médio sobre cada faixa de vencimento vencido e a vencer, baseado no histórico de inadimplência de cada faixa. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Movimentação da Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	2024	2023
Saldo inicial	(2.243)	(3.253)
Baixa de incobráveis	-	1.147
Reversão da Provisão	-	369
Provisão	(358)	(506)
Saldo final	<u>(2.601)</u>	<u>(2.243)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2024, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Faturas a vencer	507	537
Vencidas		
Até 30 dias	482	489
De 31 a 60 dias	174	142
De 61 a 90 dias	94	73
De 91 a 180 dias	161	162
Mais de 180 dias	2.574	2.482
Valores a faturar	430	420
Contas a receber de clientes	<u>4.422</u>	<u>4.305</u>

6. Direito de uso/arrendamentos a pagar

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Direito de Uso				
Imóveis	127	63	(41)	149
Equipamentos de informática	48	25	(26)	47
Máquinas e equipamentos	571	632	(264)	939
Veículos	55	-	(55)	-
	<u>801</u>	<u>720</u>	<u>(386)</u>	<u>1.135</u>
Amortização				
Imóveis	(66)	(45)	41	(70)
Equipamentos de informática	(24)	(8)	-	(32)
Máquinas e equipamentos	(215)	(702)	247	(670)
Veículos	(55)	-	55	-
	<u>(360)</u>	<u>(755)</u>	<u>343</u>	<u>(772)</u>
	<u>441</u>	<u>(35)</u>	<u>(43)</u>	<u>363</u>

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

	Saldo em 31/12/2023	Adições/ Baixas	Apropriação de juros	Amortização de principal e juros	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos a pagar	481	334	63	(358)	520
Passivo circulante	396				406
Passivo não circulante	85				114

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vencimento dos arrendamentos a pagar no passivo não circulante:

Não circulante por faixas de vencimento		2024
2026		80
2027		8
2028		9
2029		9
2030		8
		<u>114</u>

7. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2023	Obras em andamento	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Obras em andamento				
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2.312	693	(514)	2.492
	<u>2.312</u>	<u>693</u>	<u>(514)</u>	<u>2.492</u>

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de novas redes de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2025.

8. Intangível

	Vida útil (anos)	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Custo						
Sistema de tratamento de água e esgoto (a)	5 a 35	49.731	-	(258)	514	49.987
Mais valia contrato de concessão	35	10.673	-	-	-	10.673
		<u>60.404</u>	<u>-</u>	<u>(258)</u>	<u>514</u>	<u>60.660</u>
Amortização						
Sistema de tratamento de água e esgoto		(10.740)	(2.369)	-	-	(13.109)
Mais valia contrato de concessão		(5.086)	(354)	-	-	(5.440)
		<u>(15.826)</u>	<u>(2.723)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.549)</u>
		<u>44.578</u>	<u>(2.723)</u>	<u>(258)</u>	<u>514</u>	<u>42.111</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização dos serviços pelos usuários.

Os bens reversíveis são todos os ativos do sistema de água e esgoto existentes por ocasião da assinatura do referido contrato e aqueles posteriormente implantados para a prestação exclusiva e permanente do serviço de água e esgoto. A Companhia tem direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados após a data da concessão, vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados, desde que realizados para garantia à continuidade e atualização da prestação dos serviços abrangidos pelo contrato.

9. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores		
Aquisição de infraestrutura	112	137
Serviços e materiais para operação	1.057	820
	<u>1.169</u>	<u>957</u>

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

10. Empréstimos e financiamentos

	Indexador (aa)	Vencimento	2024	2023
Bradesco	16,65%	2025	-	22.030
Sicoob	30,31%	2026	55	-
Total da Dívida			<u>55</u>	<u>22.030</u>

O financiamento do Bradesco foi liquidado em 2024, no contexto da aquisição de controle da Companhia pela Norte Saneamento.

Movimentação

	Saldo em 31/12/2023	Captações	Juros incorridos	Amortização principal e juros	Saldo em 31/12/2024
Bradesco	22.030	-	849	(22.879)	-
Sicoob	-	58	3	(6)	55
Total	<u>22.030</u>	<u>58</u>	<u>852</u>	<u>(22.885)</u>	<u>55</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a pagar

(a) Corrente

	2024	2023
Passivo circulante		
ICMS a recolher	497	319
COFINS a recolher	71	-
Retenções de terceiros	19	9
PIS a recolher	15	-
	<u>602</u>	<u>328</u>

(b) Ativo não circulante

	2024	2023
Ativos diferidos		(Reapresentado)
IRPJ diferido	7.699	7.699
CSLL diferido	<u>2.772</u>	<u>2.771</u>
	10.471	10.470
Passivos diferidos		
IRPJ diferido	1.898	1.898
CSLL diferido	<u>683</u>	<u>683</u>
	<u>2.581</u>	<u>2.581</u>
Tributos diferidos, líquido	<u>7.890</u>	<u>7.890</u>

Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro, tomando por base as projeções elaboradas pela Administração.

Os saldos de 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentados, com o objetivo de refletir a revisão dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na expectativa atual de realização dos ativos fiscais, conforme avaliação efetuada pela atual administração da Companhia.

Essa revisão decorre da alteração nas projeções de lucros futuros, utilizadas como base para suportar a recuperação dos créditos tributários diferidos. A nova administração, ao reavaliar os planos de negócios e estratégias operacionais, identificou mudanças nas premissas econômicas e operacionais que impactam na utilização futura dos referidos saldos de ativos fiscais diferidos.

Dessa forma, os saldos fiscais diferidos foram ajustados para refletir com maior precisão a expectativa atual de realização, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e as normas vigentes.

12. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Norte Saneamento	-	12	-	-
BRK Ambiental	-	-	-	2.912
	-	12	-	2.912

Os saldos de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 referem-se, substancialmente, a rateio de despesas, conforme contrato entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado. O saldo foi liquidado em 2024, antes da aquisição da Companhia pela Norte Saneamento.

13. Provisão para contingências

	2024	2023
Contingências		
Cíveis/trabalhistas/tributárias	22	21
	22	21

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em pareceres jurídicos dos advogados e em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. Em 31 de dezembro de 2024, o montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$ 201 (2023 - R\$ 935).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 103.470 (2023 - R\$ 69.396), representado por 342.314.638 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (2023 - 173.826.003).

Durante o exercício de 2024, ocorreram os seguintes aumentos de capital social:

- Em 28 de março de 2024, a Companhia realizou aumento de capital no montante de R\$ 10.915, mediante emissão de 53.379 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Deste montante, R\$ 3.008 referem-se à capitalização de créditos detidos por partes relacionadas e R\$ 7.907 à capitalização de AFAC;
- Em 29 de abril de 2024, foi aprovado novo aumento de capital no valor de R\$ 20.834, com emissão de 103.165 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizadas integralmente por meio da capitalização de AFAC;
- Em 3 de setembro de 2024, foi realizado aumento adicional no valor de R\$ 2.325, mediante emissão de 11.945 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 1.210 integralizados em moeda corrente nacional e R\$ 1.115 mediante capitalização via AFAC.

Adicionalmente, em 03 de setembro de 2024, a Norte Saneamento concluiu a aquisição da totalidade das ações da Companhia, anteriormente detidas pela BRK Ambiental, tornando-se, a partir desta data, sua controladora direta (Nota Explicativa nº 1).

A seguir, composição acionária da Companhia:

	Participação (%)		Capital social		Quantidade de ações	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
BRK Ambiental	-	100,00	-	69.396	-	173.826.003
Norte Saneamento	100,00	-	103.470	-	342.314.638	-

b) Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria:

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Reapresentado)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(6.939)	(9.642)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>253.644</u>	<u>167.193</u>
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(0,03)</u>	<u>(0,06)</u>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

15. Receita líquida de serviços

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de Serviços de Água	11.002	10.272
Receita de Serviços de Esgoto	469	440
Deduções	<u>(1.170)</u>	<u>(991)</u>
	<u>10.301</u>	<u>9.721</u>

16. Gastos por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Natureza dos custos e despesas		
Serviços	(5.731)	(4.571)
Pessoal	(3.401)	(3.337)
Depreciação e amortização	(3.534)	(3.464)
Materiais	(1.244)	(1.134)
Outros	<u>(1.578)</u>	<u>(3.459)</u>
Total	<u>(15.488)</u>	<u>(15.965)</u>
Custo dos serviços prestados	(11.686)	(10.924)
Despesas gerais e administrativas	(3.634)	(5.041)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(168)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(15.488)</u>	<u>(15.965)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita Financeira		
Juros e multas ativos	276	300
Rendimento de aplicação financeira	26	20
	<u>302</u>	<u>320</u>
Despesa Financeira		
Encargos financeiros capital de giro	(849)	(3.173)
Tarifas e comissões bancárias	(425)	(227)
Amortização do custo de transação	(382)	-
Outras despesas financeiras	(335)	(153)
Encargos financeiros com arrendamento	(63)	(165)
	<u>(2.054)</u>	<u>(3.718)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(1.752)</u>	<u>(3.398)</u>

18. Gerenciamento de riscos financeiros

18.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente ao objeto social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade definido, variando entre 20 e 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

	2024	2024
Banco conta movimento	232	328
Aplicações financeiras	302	-
Contas a Receber	1.821	2.062
	<u>2.355</u>	<u>2.390</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2024	2024
Ativos Financeiros		
Banco conta movimento	232	328
Aplicações financeiras	302	-
Passivos Financeiros		
Fornecedores a pagar	1.169	957
Outros passivos	269	275
Empréstimos e financiamentos	55	22.030

d) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2024	2024
Fornecedores	1.169	957
Outros Passivos	269	275
Empréstimos e financiamentos	55	22.030
	<u>1.493</u>	<u>23.262</u>

18.2. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Banco conta movimento	232	328
Aplicações financeiras	302	-
Contas a receber	1.796	2.041
	<u>2.330</u>	<u>2.369</u>
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos	55	22.030
Fornecedores	1.169	957
Outros Passivos	266	275
	<u>1.490</u>	<u>23.262</u>

19 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

ARAGUAIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos a seguir:

	<u>2024</u>
Tipo de cobertura	
Responsabilidade civil	13.000 Chubb Seguros Brasil
Riscos operacionais	61.204 Chubb Seguros Brasil
Garantias	4.898 BMG Seguradora